

## A Europa e o Brasil no Limiar do Ano 2000

MÁRIO SOARES

Três décadas, decorridas sobre a data da assinatura do Tratado de Roma, o balanço que a CEE apresenta aos nossos olhos, embora longe da generosa ideia concebida pelos seus pais fundadores, não é um balanço pobre.

Os seus Estados membros - alguns deles, não esqueçamos, traumáticamente divididos pelo último conflito mundial - têm sabido ultrapassar, com o realismo, a serenidade e a perseverança necessários, velhos ressentimentos e naturais tentações paralisantes, ditadas por egoísmos nacionais ou por estreitas visões impostas por critérios estreitamente contabilísticos.

Ora, durante a próxima década - limiar do ano 2000 - e logo precisamente no ano em que Portugal, pela primeira vez, depois da sua adesão, exercerá a presidência das Comunidades Europeias, a Europa irá enfrentar um novo desafio: a sua transformação em grande espaço único, onde será livre a circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços.

1992 vai impor a todos os europeus, dentro ou fora da Comunidade, uma reflexão profunda sobre os fundamentos e os objectivos do projecto comunitário europeu, tal como foi concebido na sua pureza inicial. Na realidade, no mundo ainda hoje inseguro das novas vias que o presente clima de desanuviamiento global lhe parece estar a abrir, a Europa tem, por direito próprio, um lugar de relevo a ocupar.

As quatro décadas de paz em que tem vivido, a dinâmica do ideal europeu e a estrutura concebida para o levar a cabo, deram às Comunidades, em termos económicos e sociais, um nível de progresso global sem paralelo na história do continente.

Mas a capacidade de intervenção política, a nível internacional, dos Estados comunitários como um todo está aquém daquilo que será legítimo esperar deste conjunto de velhas nações, cujos vinte séculos de história e cultura foram decisivos na evolução da humanidade.

1992, a meta do grande mercado interno, não pode quedar-se por um mesquinho objectivo económico e comercial. Se assim fosse, seriam novamente o isolamento e o eurocentrismo

que venceriam. Esta data deverá ser um marco mais na história da construção europeia e para isso tem de desencadear a reflexão sobre a necessidade do relançamento da dimensão do ideal europeu que permita devolver à Comunidade, no campo político e cultural, o vigor que noutras áreas já alcançou e que lhe proporcione, no presente reordenamento geopolítico, económico e militar em curso, o papel-chave de intervenção num mundo mais equilibrado e solidário. Mundo no qual a Comunidade deverá surgir não só como um bloco económico poderoso, mas também como um espaço de solidariedade e de inovação aberto às transformações e ao progresso, que os próximos anos necessariamente conhecerão se a paz se consolidar, como todos esperamos.

Esta Comunidade terá assim de ser uma comunidade aberta ao mundo, inclinada a ser uma voz activa e a ter um papel interventor e determinante na resolução das grandes questões internacionais, entre as quais avulta o diálogo norte-sul. Terá de ser um factor de apaziguamento e de fecundo diálogo, buscando e promovendo soluções para um mundo ainda perigosamente dividido, entre pobres e ricos, tecnologicamente desenvolvidos e com atrasos estruturais, indo ao encontro das preocupações dos povos mais desfavorecidos, que tanto anseiam por uma acção concertada da Europa.

Portugal será decerto dos países comunitários mais empenhados e porventura mais bem preparados para entender esta visão e desejar este tipo de comportamento.

Com efeito, sendo um dos Estados comunitários historicamente mais ligado aos povos das duas margens do Atlântico e tendo trazido para o seu seio, na altura da adesão às Comunidades, o mundo da língua portuguesa, com 170 milhões de seres humanos espalhados pelos vários continentes e unidos por laços históricos e culturais indeléveis, estreitamente ligados à difusão da civilização europeia, Portugal situa-se a justo título como um dos arautos desta abertura e deste novo tipo de intervenção da Europa no mundo.

Com a nossa integração, a fronteira da Europa ultrapassou os Pirinéus para se situar agora nas margens do Atlântico. Mas o Atlântico tem de representar para a Europa - tal como o foi no passado para nós - não um obstáculo natural a vencer, mas acima de tudo uma via de comunicação e de interligação ideal com outros povos, credos e culturas.

A África e a América Latina são assim áreas geopolíticas de cooperação ideais, que as Comunidades têm de incluir prioritariamente no seu campo de acção futura.

Na América Latina, o Brasil será, antes de mais, o grande colosso, com o qual a Europa deve desenvolver e estreitar os seus laços de cooperação. Única grande potência regional do continente sul-americano, terra de contrastes e oposições, que apenas tornam o desafio

da aproximação mais aliciante, o Brasil está ligado à Europa - e nela especialmente a Portugal - por laços históricos de raiz cultural e civilizacional que não podem ser ignorados, dispondo além disso de um veículo de comunicação por excelência que é a língua portuguesa.

O Brasil tem vindo, nos últimos anos, a promover e consolidar um processo de estabilização política e de democratização, que tem tido altos e baixos, que é decerto complexo, mas que se tem revelado extremamente pacífico e mesmo tranquilo, fazendo jus ao chamado *jeito brasileiro*. Com efeito, só regimes democráticos consolidados permitirão ao Brasil e aos restantes Estados da América Latina realizar as reformas económicas e sociais indispensáveis ao progresso dos seus povos e à resolução das graves assimetrias de desenvolvimento que registam. Assim, o desenvolvimento económico e social e o funcionamento normal das instituições democráticas são processos hoje indissociáveis.

E é precisamente neste campo que a Europa poderá ter, pela sua acção e pelo seu exemplo, um papel importante a desempenhar.

A vocação universalista e atlântica que Portugal trouxe para a CEE - e de que o Brasil é um exemplo vivíssimo - é uma vocação de abertura e de intercâmbio. Com ela se pretende, antes de mais, contribuir para tornar a Europa um lugar de eleição para o diálogo com os povos doutros continentes, accionando mecanismos de solidariedade que visem proporcionar-lhes soluções para os graves problemas com que se debatem. Assim se revitalizarão as sementes do humanismo ocidental que em épocas passadas os portugueses levaram a outras regiões do globo - que foram enriquecidas nos trópicos - e que estão na origem do património civilizacional que hoje nos é comum e que importa preservar e fazer frutificar.

Para o Brasil, a nossa qualidade de Estado membro da CEE, e, por conseguinte, de parceiro integral num projecto que envolve 320 milhões de pessoas, poderá representar uma oportunidade única de aprofundar as suas ligações com o velho continente. Estamos certos - porque os primeiros passos estão a ser dados - de que uma economia dinâmica e criativa como a brasileira não deixará de responder afirmativamente ao desafio que um tal espaço e um tal mercado representam.

Ligado à Europa por laços civilizacionais inapagáveis, Estado democrático, cultor dos mesmos princípios que a Europa democrática, o Brasil encontrará em Portugal uma disponibilidade que agora conhece um novo quadro institucional comunitário e que por isso lhe propicia a exploração de potencialidades até agora desconhecidas.

Por outro lado, o peso que a presença brasileira representará neste contexto institucional de cooperação constituirá um elemento altamente positivo na defesa do importante papel que começa já a estar reservado à língua portuguesa como factor de união de povos e meio de difusão de cultura e de civilização em permanente criatividade, renovação e expansão.

Ligados por este veículo de civilização e cultura, os dois países dispõem assim de uma oportunidade histórica de aprofundar a relação especial que desde sempre têm mantido e a que alguns dos preceitos da nova constituição brasileira vieram dar novo alento. Sem esquecer o papel que deverão ter relativamente à cooperação com África de fala portuguesa.

Os problemas económicos e financeiros com que o Brasil se debate, tal como a generalidade dos países latino-americanos, não nos devem afastar do nosso propósito de aproximação, antes pelo contrário, deverão determinar um esforço especial da nossa actuação no sentido de promover as soluções que visem despoletar as tensões sociais que eventualmente se poderão fazer sentir e que tão contrárias são aos processos de democratização e à estabilidade política e social de que a América Latina precisa para se desenvolver. Neste particular, e tal como tenho vindo a dizer e ultimamente referi ao Senhor Presidente José Sarney, no decurso da sua última visita a Lisboa, Portugal continuará a apontar, nos areópagos internacionais, a urgente necessidade de encontrar soluções políticas para o pagamento das pesadas dívidas externas e dos respectivos juros que estrangulam, sem defesa, tantos países tão ricos da região.

Impõe-se alargar e impulsionar o diálogo político CEE-América Latina - Portugal está muito interessado nisso -, torná-lo um ponto de encontro, de aproximação, de discussão serena das preocupações mútuas, onde progressivamente as soluções sejam buscadas e se vão alcançando, no respeito mútuo e na igualdade.

O Brasil e a Europa poderão, assim, dispor, pela primeira vez, de um quadro até agora inédito, que precisa ser urgentemente explorado e que poderá beneficiar ambas as partes com o dinamismo que um tal processo de aproximação em si comporta.

Por todas estas razões, na aurora do terceiro milénio, torna-se necessário rasgar novos horizontes a uma Comunidade Europeia cujo peso e cujas potencialidades podem e devem ser inteligentemente aproveitadas noutras áreas e junto de outros povos, empenhados no combate quotidiano pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Por isso temos afirmado que o último alargamento da CEE, além do aprofundamento institucional que permitiu, é portador de uma redefinição e de uma alteração qualitativa do projecto europeu relativamente à sua abertura a espaços exteriores.

Na altura em que se celebra o centenário de um dos pais da Europa comunitária, Jean Monnet, cumpre-nos lembrar a necessidade de revitalizar no seio da construção europeia o que ele tão apropriadamente designou, na altura da sua fundação, pelo «fermento da mudança». Estamos a trabalhar em tempos de mudança profunda - na Europa e no mundo. As relações entre Portugal e Brasil estão, elas próprias, a sofrer uma importante mudança qualitativa.

Daqui a oportunidade de promover uma reflexão sobre o projecto europeu, as suas frustrações e as suas vitórias, as suas fronteiras e também os novos desafios que coloca à nossa criatividade, em relação com esse país portentoso de tão fundas esperanças - o Brasil - no limiar do ano 2000, isto é: amanhã.